Em Minas, 30% dos presos são provisórios, aponta relatório do TJ

Minas Gerais tem 74.274 presos com processos no TJ-MG, dos quais 52.626 (70,87%) já sentenciados e em execução 21.658 (29,13%) aguardando decisão. Os dados estão no relatório do mutirão carcerário, divulgado pela corte nesta terça-feira (20/8).

Segundo o TJ, os números mostram que um terço dos presos em Minas Gerais são provisórios, "número bem inferior aos que foram divulgados anteriormente por outras entidades".

Reprodução

São 52.626 presos cumprindo pena em Minas Gerais, segundo o relatório. Reprodução

Há uma discrepância entre o número total de presos levantado pelo TJ e no informado pela Administração Prisional, que afirma ter 78.255 pessoas presas em Minas Gerais.

O TJ afirma que a diferença ocorre por conta de não contabilizar presos em virtude de não pagamento de alimentos, presos militares com processos de competência da Justiça Militar e presos relativos a processos de competência da Justiça Federal.

Segundo dados do CNJ apresentados no relatório, os principais crimes que levam ao encarceramento em Minas Gerais são:

- Roubo simples e/ou majorado: 22,36%
- Tráfico de drogas: 19,47%
- Furto (simples e/ou qualificado): 7,99%
- Homicídio (simples, privilegiado e/ou qualificado): 6,74%

Superlotação
O número de presos no estado ainda supera, em muito, a capacidade dos presídios locais. Em julho, havia 84 presídios interditados judicialmente por excesso de capacidade; além disso, quase todas as outras prisões do estado também apresentam mais presos do que sua capacidade.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Em resumo, as 197 unidades prisionais do estado têm, juntas, capacidade total para 37.044 pessoas; mas, atualmente, há 71.967 presos, um deficit de mais de 34 mil vagas.

Audiências de custódia
Segundo o relatório, as audiências de custódia em Minas estavam regulamentadas em apenas seis comarcas. Ao tentar solucionar a situação durante o mutirão, foram encontrados diversos problemas.

Em algumas localidades, não havia viaturas para transportar os presos em delegacias para os fóruns; em outras, promotores de justiça de plantão ficavam em unidades judiciárias diferentes da do magistrado; presos que ficaram detidos em presídios distantes da unidade de plantão e sem condições de deslocamento. Além disso, foi apontado como entrave a ausência de Defensoria Pública em diversas regiões do estado.

Entre abril e junho deste ano, foram realizadas 4.995 audiências de custódia no estado, resultando em 2.139 solturas. Entre as pessoas libertadas, foram registrados 92 encaminhamentos para investigação de tortura e 568 encaminhamentos ao serviço social.

Clique aqui para ler o relatório.

Date Created
25/08/2019

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.